



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Relatório de Correição Ordinária na  
1ª Vara Federal de Nova Iguaçu  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

**16 a 20/10/2017**



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo**

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....  | 5  |
| 2. METODOLOGIA UTILIZADA.....  | 6  |
| 3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL .....  | 8  |
| 4. GESTÃO DA SECRETARIA .....  | 9  |
| 5. GESTÃO DE METAS.....  | 10 |
| 5.1. Metas internas .....  | 10 |
| 5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....   | 10 |
| 5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade) .....  | 10 |
| 5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....  | 11 |
| 5.2.3. Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa).....  | 13 |
| 5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução) .....  | 13 |
| 5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas).....   | 14 |
| 6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO .....  | 15 |
| 6.1. Produção e classificação de sentenças .....   | 15 |
| 6.2. Acervo concluso .....   | 16 |
| 6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR) .....   | 17 |
| 6.4. Audiências .....  | 19 |
| 7. EVOLUÇÃO DO ACERVO .....  | 20 |
| 7.1. Acervo da unidade .....   | 20 |
| 7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais da Subseção Judiciária de Nova Iguaçu (mês de referência: setembro)..... | 21 |
| 7.2.1. Acervo total.....   | 21 |
| 7.2.2. Acervo ativo.....   | 22 |
| 7.2.3. Acervo suspenso.....  | 22 |
| 8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO .....   | 23 |
| 8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....  | 23 |
| 8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada .....  | 24 |
| 8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....  | 24 |
| 9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....   | 25 |
| 9.1. Balcão de entrada .....   | 25 |
| 9.2. Processos em segredo de justiça .....   | 27 |



|         |  |    |
|---------|--|----|
| 9.3.    | Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 27       |    |
| 9.4.    | Publicação de atos judiciais.....  | 28 |
| 9.5.    | Registro de início do cumprimento do julgado .....   | 29 |
| 9.6.    | Documentos pendentes de juntada.....   | 29 |
| 9.7.    | Expedientes para cumprimento de ordem judicial .....   | 30 |
| 10.     | ACÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....   | 32 |
| 11.     | PROCESSOS SUSPENSOS.....   | 34 |
| 12.     | RPVs e PRECATÓRIOS .....   | 36 |
| 13.     | BENS PENHORADOS .....  | 37 |
| 14.     | BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS .....   | 38 |
| 15.     | LIVROS E PASTAS .....  | 39 |
| 16.     | INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA .....   | 40 |
| 17.     | TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....   | 41 |
| 17.1.   | CÍVEL.....   | 41 |
| 17.1.1. | Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....                     | 41 |
| 17.1.2. | Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização .                    | 41 |
| 17.2.   | EXECUÇÃO FISCAL .....  | 41 |
| 17.2.1. | Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)..... | 41 |
| 17.2.2. | Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente .....  | 42 |
| 17.2.3. | Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados .....                           | 42 |
| 18.     | ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR .....                                 | 43 |
| 19.     | BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS .....   | 44 |
| 19.1.   | Crítérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....                         | 44 |
| 20.     | COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES .....   | 46 |
| 21.     | ENCERRAMENTO .....   | 47 |



## 1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VF-IG), de 16 a 20/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal MARCELI MARIA CARVALHO SIQUEIRA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



## 2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 7.588 processos eletrônicos, sendo 4.048 em trâmite e 3.540 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006<sup>1</sup> para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

<sup>1</sup> art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

**Denominação:** 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VFIG-RJ)

**Data de instalação:** 18/08/2010

**Endereço:** Rua Oscar Soares, nº 2, Centro, Município de Nova Iguaçu

**Distância da Direção do Foro (SJRJ):** 37,5 Km

**Juíza Titular:** Dr. Marcella Maria Carvalho Siqueira, desde 07/01/2015.

**Juiz Federal Substituto:** Vago

**Diretora de Secretaria:** Dr<sup>a</sup> Deborah Wysard Soares

**Competências:**

- 1) Cível
- 2) Execução Fiscal

**Quadro de Pessoal desde a última correição**

| Correições | Analistas Judiciários | Técnicos Judiciários | Técnicos Jud. de Segurança | Requisitados | Total de Servidores | Quadro previsto |
|------------|-----------------------|----------------------|----------------------------|--------------|---------------------|-----------------|
| JAN/2016   | 1                     | 10                   | N/A                        | N/A          | 11                  | 12              |
| OUT/2017   | 1                     | 8                    | 0                          | 1            | 10                  | 14              |

A Diretora informou que a vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto. Nos últimos dois anos houve cinco permutas, quatro à pedido dos servidores, e uma por ordem da magistrada. Nesse período (i) um servidor foi requisitado pela Corregedoria Regional; (ii) uma servidora foi posta à disposição após ter ficado sete meses de licença médica; (iii) um servidor está de licença médica desde junho/2017, sem previsão de retorno; (iv) uma servidora pediu exoneração, por ter sido aprovada em outro concurso.





#### 4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora DEBORAH WYSARD SOARES, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores JORGE NANCIFE PEDROSO e JOÃO VÍCTOR FARIA DE SOUSA, e pelo Oficial de Gabinete TIAGO DIBO DO NASCIMENTO, todos, à exceção de JORGE NANCIFE, são bacharéis do Curso de Direito, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 63 % da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 25 a 29/01/2016, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



## 5. GESTÃO DE METAS

### 5.1. Metas internas

A meta objetivada pela Secretaria é reduzir o acervo de processos. O juízo teve uma ampliação de competência territorial recentemente, aumentando consideravelmente a distribuição de processos. Ante o alto número de execuções fiscais, execuções de título extrajudicial e ações monitórias, a 01VF-IG não galgou essa meta. Nada obstante, a Direção da Secretaria destacou que o acervo de ações de conhecimento é pequeno e tem a tramitação rápida. As tutelas de urgência são decididas de pronto, e sequer são uma meta a ser atingida. As penhoras via sistemas auxiliares, como o BACENJUD e RENAJUD, são feitas com rapidez, e os expedientes são expedidos dentro do prazo, salvo algumas exceções.

### 5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. A Diretora informou que as Metas 2016/CNJ foram atingidas, à exceção da Meta 5, ante a dificuldade de promover as execuções. Os gestores conhecem e se orientam pelas Metas do CNJ.

#### 5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

**“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”<sup>2</sup>**

O órgão recebeu, por distribuição, 498 processos em 2016 e julgou 384, cumprindo 80% da meta nº 1 CNJ/2016.

<sup>2</sup> A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitam em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



| Meta 1 2016                               | Julgados       | Distribuídos   | Outras saídas | % de cumprimento |
|---|----------------|----------------|---------------|------------------|
| <b>1º Grau</b>                            | <b>39.200</b>  | <b>40.566</b>  | <b>1.123</b>  | <b>99%</b>       |
| 1º Grau / SJRJ                            | 33.158         | 33.759         | 774           | 101%             |
| 1º Grau / SJES                            | 6.042          | 6.807          | 349           | 94%              |
| <b>Juizado Especial Federal</b>           | <b>111.293</b> | <b>131.255</b> | <b>247</b>    | <b>85%</b>       |
| JEF / SJRJ                                | 94.665         | 109.826        | 193           | 86%              |
| JEF / SJES                                | 16.628         | 21.429         | 54            | 78%              |
| <b>Turma Recursal</b>                     | <b>42.594</b>  | <b>39.908</b>  | <b>68</b>     | <b>107%</b>      |
| TR / SJRJ                                 | 33.921         | 32.669         | 12            | 104%             |
| TR / SJES                                 | 8.673          | 7.239          | 56            | 121%             |
| <b>Tribunal Regional Federal</b>          | <b>41.782</b>  | <b>44.815</b>  | <b>487</b>    | <b>94%</b>       |
| SJRJ                                      | 161.744        | 176.254        | 979           | 92%              |
| SJES                                      | 31.343         | 35.475         | 459           | 90%              |
| TRU                                       | 29             | 57             | 0             | 50%              |
| <b>Total - 2ª Região</b>                  | <b>234.898</b> | <b>256.601</b> | <b>1.925</b>  | <b>92%</b>       |
| <b>01ª Vara Federal de Nova Iguaçu-RJ</b> | <b>384</b>     | <b>498</b>     | <b>20</b>     | <b>80%</b>       |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### 5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar, até 31/12/2016: No 1º grau e 2º grau, (i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012”.

#### Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 99% dos 247 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

| Data  | Meta %                   | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara |                                      |                          |                  |                      |
|---|--------------------------|--|--------------------------------------|--------------------------|------------------|----------------------|
| dez/16                                      | 100% - 1º Grau e 2º Grau | SJRJ   | 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ |                          |                  |                      |
| <b>Meta 2 - Processos antigos</b>           | <b>Alvo</b>              | <b>Julgados até 2015</b>                       | <b>Julgados em 2016</b>              | <b>Total de Julgados</b> | <b>Pendentes</b> | <b>% de Julgados</b> |
| TRF   | 49.480                   | 44.207   | 1.500                                | 45.707                   | 3.773            | 92%                  |
| <b>Seções Judiciárias</b>                   | <b>69.671</b>            | <b>62.243</b>                                  | <b>3.582</b>                         | <b>65.825</b>            | <b>3.846</b>     | <b>94%</b>           |
| SJRJ  | 61.060                   | 54.511   | 3.127                                | 57.638                   | 3.422            | 94%                  |
| SJES  | 8.611                    | 7.732  | 455                                  | 8.187                    | 424              | 95%                  |
| <b>Total - 2ª Região</b>                    | <b>119.151</b>           | <b>106.450</b>                                 | <b>5.082</b>                         | <b>111.532</b>           | <b>7.619</b>     | <b>94%</b>           |
| <b>01ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ</b> | <b>247</b>               | <b>231</b>                                     | <b>13</b>                            | <b>244</b>               | <b>3</b>         | <b>99%</b>           |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

#### Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 99% dos 405 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).



| Data                                 | Meta %                  | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara |                                      |                   |           |              |
|--------------------------------------|-------------------------|--|--------------------------------------|-------------------|-----------|--------------|
| dez/16                               | 70% - 1º Grau e 2º Grau | SJRJ   | 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ |                   |           |              |
| Meta 2 - Processos antigos           | Alvo                    | Julgados até 2015                              | Julgados em 2016                     | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgado |
| TRF                                  | 72.523                  | 64.045   | 2.499                                | 66.544            | 5.979     | 92%          |
| Seções Judiciárias                   | 95.130                  | 84.083   | 5.428                                | 89.511            | 5.619     | 94%          |
| SJRJ                                 | 82.809                  | 73.255   | 4.615                                | 77.870            | 4.939     | 94%          |
| SJES                                 | 12.321                  | 10.828   | 813                                  | 11.641            | 680       | 94%          |
| Total - 2ª Região                    | 167.653                 | 148.128  | 7.927                                | 156.055           | 11.598    | 93%          |
| 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ | 405                     | 373  | 26                                   | 399               | 6         | 99%          |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

TRF2  
Fls 183

**Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:**

| Processo                  | Classe                        | Objeto da ação  | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim.             | Data último Movim. |
|---------------------------|-------------------------------|---|-----------------------------|---------------------------|--------------------|
| 0000556-24.2010.4.02.5120 | Embargos à Execução           | IPJ – Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário  | sim                         | Remessa, carga para o TRF | 04/08/17           |
| 0000295-25.2011.4.02.5120 | Ordinária Previdenciária      | Revisão de Benefício – Direito previdenciário   | sim                         | Remessa, carga para DPU   | 17/10/17           |
| 0002435-66.2010.4.02.5120 | Embargos à Execução Fiscal    | Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário  | sim                         | Baixa                     | 18/05/17           |
| 0001367-13.2012.4.02.5120 | Ordinária Outras              | Dano Moral – Responsabilidade da Administração  | sim                         | Baixa                     | 16/03/17           |
| 0001277-05.2012.4.02.5120 | Ordinária Imóveis             | Restrição Contratual – SFH – Direito Civil – Dano Moral – Responsabilidade da Administração | sim                         | Baixa                     | 19/06/17           |
| 0000574-74.2012.4.02.5120 | Ordinária Servidores Públicos | Pensão Militar – Ressarcimento por dano ao erário   | sim                         | Conclusão para despacho   | 16/09/17           |

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correccionada.



### 5.2.3. Meta n° 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)

**“Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”<sup>3</sup>**

O órgão julgou 100% do processo-alvo da Meta n° 4 CNJ/2016.

| Meta 4 - Improbidade                   | Alvo       | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes  | % de Julgados | Grau de cumprimento |
|--|------------|-------------------|------------------|-------------------|------------|---------------|---------------------|
| TRF                                    | 308        | 183               | 64               | 247               | 61         | 80%           | 115%                |
| SJRJ                                   | 554        | 120               | 96               | 216               | 338        | 39%           | 56%                 |
| SJES                                   | 129        | 29                | 21               | 50                | 79         | 39%           | 55%                 |
| <b>Total - 2ª Região</b>               | <b>991</b> | <b>332</b>        | <b>181</b>       | <b>513</b>        | <b>478</b> | <b>52%</b>    | <b>74%</b>          |
| <b>01ª Vara Federal de Nova Iguaçu</b> | <b>1</b>   | <b>1</b>          | <b>0</b>         | <b>1</b>          | <b>0</b>   | <b>100%</b>   | <b>143%</b>         |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### 5.2.1. Meta n° 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

**“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”<sup>4</sup>**

Cumpridos 61% da meta n° 5 CNJ/2016.

| Meta 5 2015                            | Remanescente  | P5.1-Casos novos | P5.3-Baixados | P5.5-Outras entradas | P5.7-Outras saídas | Acervo atual  | % de cumprimento |
|--|---------------|------------------|---------------|----------------------|--------------------|---------------|------------------|
| 1º Grau                                | 35.190        | 26.959           | 21.259        | 12.923               | 11.793             | 42.020        | 76%              |
| 1º Grau / SJRJ                         | 27.197        | 23.127           | 15.436        | 10.957               | 10.419             | 35.426        | 65%              |
| 1º Grau / SJES                         | 7.993         | 3.832            | 5.823         | 1.966                | 1.374              | 6.594         | 132%             |
| <b>Juizado Especial Federal</b>        | <b>10.803</b> | <b>37.637</b>    | <b>37.703</b> | <b>1.774</b>         | <b>430</b>         | <b>12.081</b> | <b>97%</b>       |
| JEF / SJRJ                             | 8.788         | 31.249           | 31.246        | 1.676                | 409                | 10.058        | 96%              |
| JEF / SJES                             | 2.015         | 6.388            | 6.457         | 98                   | 21                 | 2.023         | 100%             |
| SJRJ                                   | 35.985        | 54.376           | 46.682        | 12.633               | 10.828             | 45.484        | 83%              |
| SJES                                   | 10.008        | 10.220           | 12.280        | 2.064                | 1.395              | 8.617         | 113%             |
| <b>Total - 2ª Região</b>               | <b>45.993</b> | <b>64.596</b>    | <b>58.962</b> | <b>14.697</b>        | <b>12.223</b>      | <b>54.101</b> | <b>88%</b>       |
| <b>01ª Vara Federal de Nova Iguaçu</b> | <b>262</b>    | <b>207</b>       | <b>150</b>    | <b>203</b>           | <b>165</b>         | <b>357</b>    | <b>61%</b>       |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### Amostra de processos analisados pendentes da Meta n° 5 CNJ/2016:

| Processo                  | Julgado pendente de cumprimento                               | Data de trânsito em julgado | Mov. regular em 12 meses?<br>* | Último Movim.                              | Data último Movim. |
|---------------------------|---|-----------------------------|--------------------------------|--|--------------------|
| 0032693-49.2016.4.02.5120 | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial | N/A                         | sim                            | Suspensão por não localização do devedor / | 19/04/17           |

<sup>3</sup> A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).

<sup>4</sup> A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



|                           |  |     |     |  |          |
|---------------------------|--|-----|-----|--|----------|
|                           | / Financeiro – Direito Civil   |     |     | bens – art. 921, III e §1º do NCP                            |          |
| 0031320-80.2016.4.02.5120 | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Financeiro – Direito Civil | N/A | não | Remessa, carga para DPU                                      | 05/10/17 |
| 0031266-17.2016.4.02.5120 | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Financeiro – Direito Civil | N/A | sim | Movimentação cartorária, aguardando devolução de mandado     | 11/10/17 |
| 0028684-44.2016.4.02.5120 | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Financeiro – Direito Civil | N/A | não | Movimentação cartorária, aguardando manifestação da parte Ré | 11/10/17 |
| 0028624-71.2016.4.02.5120 | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Financeiro – Direito Civil | N/A | não | Juntada  | 29/09/17 |

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugestão da equipe de correição: estabelecer estratégias para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução.

### 5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 100 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

| Meta 6 - Ação Coletiva          | Alvo  | Julgados até 2015 | Julgados em 2016 | Total de Julgados | Pendentes | % de Julgados |
|---------------------------------|-------|-------------------|------------------|-------------------|-----------|---------------|
| TRF                             | 628   | 537               | 36               | 573               | 55        | 91%           |
| SJRJ                            | 877   | 598               | 79               | 677               | 200       | 77%           |
| SJES                            | 115   | 70                | 18               | 88                | 27        | 77%           |
| 1º Grau                         | 992   | 668               | 97               | 765               | 227       | 77%           |
| Total - 2ª Região               | 1.620 | 1.205             | 133              | 1.338             | 282       | 83%           |
| 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu | 7     | 7                 | 0                | 7                 | 0         | 100%          |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 2.850 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 237 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

| Tipo | Descrição                     | Quantidade |
|------|-------------------------------|------------|
| A    | Fundamentação individualizada | 206        |
| B1   | Homologatória de acordo       | 5          |
| B2   | Repetitiva (padronizada)      | 312        |
| C    | Sem resolução do mérito       | 2.327      |
| D1   | Penal condenatória            | N/A        |
| D2   | Penal absolutória             | N/A        |
| D3   | Rejeição de queixa            | N/A        |
| D4   | Rejeição de denúncia          | N/A        |
| E1   | Extintiva de punibilidade     | N/A        |
| E2   | Suspensão condicional da pena | N/A        |

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças, acesso em 02/10/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

| TIPO A                        | TIPO B1                       | TIPO B2                       | TIPO-C                        |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 0180943-<br>24.2016.4.02.5120 | 0175959-<br>94.2016.4.02.5120 | 0129727-<br>87.2017.4.02.5120 | 0085383-<br>36.2015.4.02.5170 |
| 0133864-<br>15.2017.4.02.5120 | 0129054-<br>94.2017.4.02.5120 | 0096213-<br>46.2017.4.02.5120 | 0170814-<br>87.2016.4.02.5110 |
| 0089872-<br>38.2016.4.02.5120 | 0003052-<br>89.2011.4.02.5120 | 0032663-<br>14.2016.4.02.5120 | 0124927-<br>16.2017.4.02.5120 |
| 0065434-<br>45.2016.4.02.5120 | 0072911-<br>56.2015.4.02.5120 | 0081565-<br>61.2017.4.02.5120 | 0000832-<br>50.2013.4.02.5120 |
| 0009108-<br>65.2016.4.02.5120 | 0101794-<br>42.2017.4.02.5120 | 0069954-<br>48.2016.4.02.5120 | 0035853-<br>48.2017.4.02.5120 |

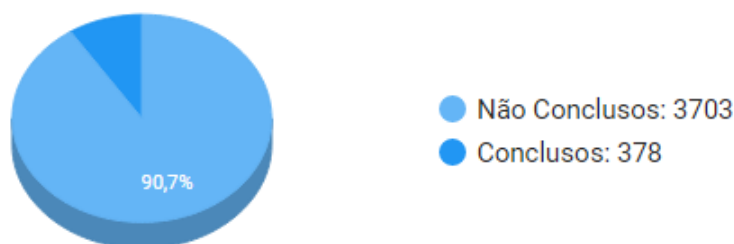
Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017

Contudo nos processos nºs 0129054-94.2017.4.02.5120, 0003052-89.2011.4.02.5120, 0072911-56.2015.4.02.5120 e 0072911-56.2015.4.02.5120 houve divergência entre o tipo anotado na sentença e o registrado no APOLO.

Sugere-se à unidade estabelecer procedimentos para o registro correto do tipo de sentença no sistema de acompanhamento processual.

## 6.2. Acervo concluso

### Conclusos x Não Conclusos Até 11/10/2017



Total: 4081

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017

### Conclusos (Fase 11) Até 11/10/2017

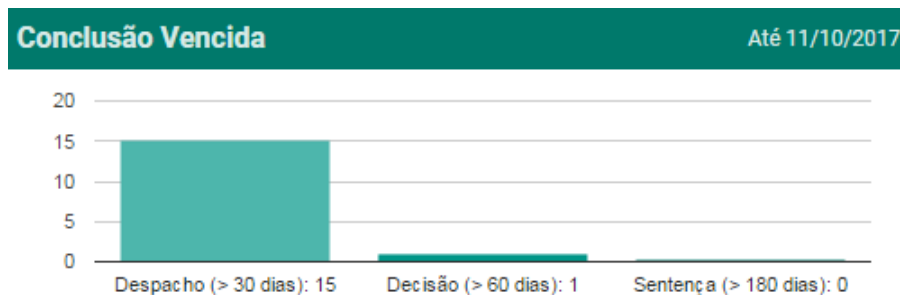


Total: 378

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017



### 6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Total: 16

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 11/10/2017) indica não haver processos concluídos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo concluídos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

#### Concluídos para despacho

| Processo                  | Classe  | Objeto da ação  | Nº de folhas | Data conclusão | Dias concluso |
|---------------------------|---|---|--------------|----------------|---------------|
| 0168957-73.2016.4.02.5120 | Ação de busca e apreensão em alienação fiduciária | Empréstimo – Alienação Fiduciária – Direito Civil   | 66           | 28/08/17       | 44            |
| 0159097-19.2014.4.02.5120 | Ordinária / Previdenciária                        | Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em especial ou conversão do tempo especial em comum - Revisão de Benefícios – Direito Previdenciário | 326          | 29/08/17       | 43            |
| 0002915-05.2014.4.02.5120 | Cumprimento de Sentença                           | Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil   | 213          | 29/08/17       | 43            |
| 0001925-82.2012.4.02.5120 | Ação Civil Pública                                | Ilegalidade da cobrança de taxas relacionadas à expedição diplomas, certidões, declarações e históricos universitários                                    | 460          | 10/08/17       | 41            |
| 0086942-47.2016.4.02.5120 | Ordinária / Outras                                | Fornecimento de Medicamento – Saúde – Direito Público   | 261          | 01/09/17       | 40            |
| 0047261-70.2016.4.02.5120 | Ação Civil Pública                                | Indenizar o dano interino (perda ambiental havida entre a data do dano ambiental e a efetiva recuperação da   | 806          | 04/09/17       | 37            |



|                           |                                   |   |     |          |    |
|---------------------------|-----------------------------------|---|-----|----------|----|
|                           |                                   | área) – indenização pelos danos extrapatrimoniais causados à coletividade   |     |          |    |
| 0157230-14.2015.4.02.5101 | Execução por Título Extrajudicial | Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Direito Tributário  | 68  | 04/09/17 | 37 |
| 0110913-66.2013.4.02.5120 | Ordinária / Outras                | Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Repetição de indébito – Dano Moral – Direito Civil                     | 198 | 04/09/17 | 37 |
| 0162191-38.2015.4.02.5120 | Execução por Título Extrajudicial | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                          | 128 | 05/09/17 | 36 |
| 0052907-95.2015.4.02.5120 | Ordinária / Servidores Públicos   | Anulação de ato administrativo – Reforma a contar da desincorporação da Marinha – Concessão de Auxílio Invalidez – Danos Morais | 420 | 06/09/17 | 35 |

### Conclusos para decisão

| Processo                  | Classe                             | Objeto da ação   | Nº de folhas | Data conclusão | Dias concluso |
|---------------------------|------------------------------------|--|--------------|----------------|---------------|
| 0029992-18.2016.4.02.5120 | Embargos à Execução Fiscal         | Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário   | 74           | 07/07/17       | 95            |
| 0000800-45.2013.4.02.5120 | EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL  | Alienação Fiduciária – Busca e Apreensão de bens – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil | 197          | 17/08/17       | 55            |
| 0000697-04.2014.4.02.5120 | Cumprimento de Sentença            | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                                       | 234          | 18/08/17       | 54            |
| 0112025-65.2016.4.02.5120 | Execução Fiscal                    | Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário   | 44           | 29/08/17       | 43            |
| 0001737-55.2013.4.02.5120 | Ação Monitória                     | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                                       | 144          | 30/08/17       | 42            |
| 0123046-72.2015.4.02.5120 | Execução por Título Extrajudicial  | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                                       | 155          | 30/08/17       | 42            |
| 0038401-80.2016.4.02.5120 | Execução por Título Extrajudicial  | Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                                       | 89           | 05/09/17       | 36            |
| 0025320-98.2015.4.02.5120 | Reintegração / Manutenção de Posse | Reintegração de Posse – Arrendamento Residencial – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil                    | 203          | 05/09/17       | 36            |
| 0009372-81.2012.4.02.5101 | Ordinária Tributária /             | IRPF – Repetição de Indébito – Direito Tributário  | 466          | 06/09/17       | 35            |
| 0001218-80.2013.4.02.5120 | Ordinária Tributária /             | IRPF – Repetição de Indébito – Direito Tributário  | 306          | 06/09/17       | 35            |



#### **6.4. Audiências**

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas 50 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.





## 7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

### 7.1. Acervo da unidade

Mês : outubro ▾ Vara : 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu ▾

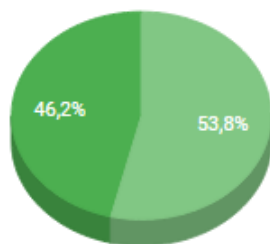
Tipo de Processo ▾

| Medidas ▾ |                     |           | Elétrônico   | Total         |      |              |              |
|-----------|---------------------|-----------|--------------|---------------|------|--------------|--------------|
| Ano ▾     | Situacao Processo ▾ | Processos | Trâmite      | 1977          | 1977 |              |              |
|           |                     |           | 2013         | Suspenso      | 1224 | 1224         |              |
|           |                     |           |              | Recurso TRF-2 | 383  | 383          |              |
|           |                     |           | 2014         | Trâmite       | 2419 | 2419         |              |
|           |                     |           |              | Suspenso      | 1890 | 1890         |              |
|           |                     |           |              | Recurso TRF-2 | 445  | 445          |              |
|           |                     |           | 2015         | Trâmite       | 1810 | 1810         |              |
|           |                     |           |              | Suspenso      | 2457 | 2457         |              |
|           |                     |           |              | Recurso TRF-2 | 487  | 487          |              |
|           |                     |           | 2016         | Trâmite       | 1623 | 1623         |              |
|           |                     |           |              | Suspenso      | 3207 | 3207         |              |
|           |                     |           |              | Recurso TRF-2 | 583  | 583          |              |
|           |                     |           | 2017         | Trâmite       | 4092 | 4092         |              |
|           |                     |           |              | Suspenso      | 3517 | 3517         |              |
|           |                     |           |              | Recurso TRF-2 | 621  | 621          |              |
|           |                     |           | <b>Total</b> |               |      | <b>26735</b> | <b>26735</b> |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017

### Acervo

Até 11/10/2017



- Digitais Ativos: 4093
- Digitais Suspensos: 3517
- Físicos Ativos: 0
- Físicos Suspensos: 0

Total: 7610 Suspensos: 3517 Ativos: 4093

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017



Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

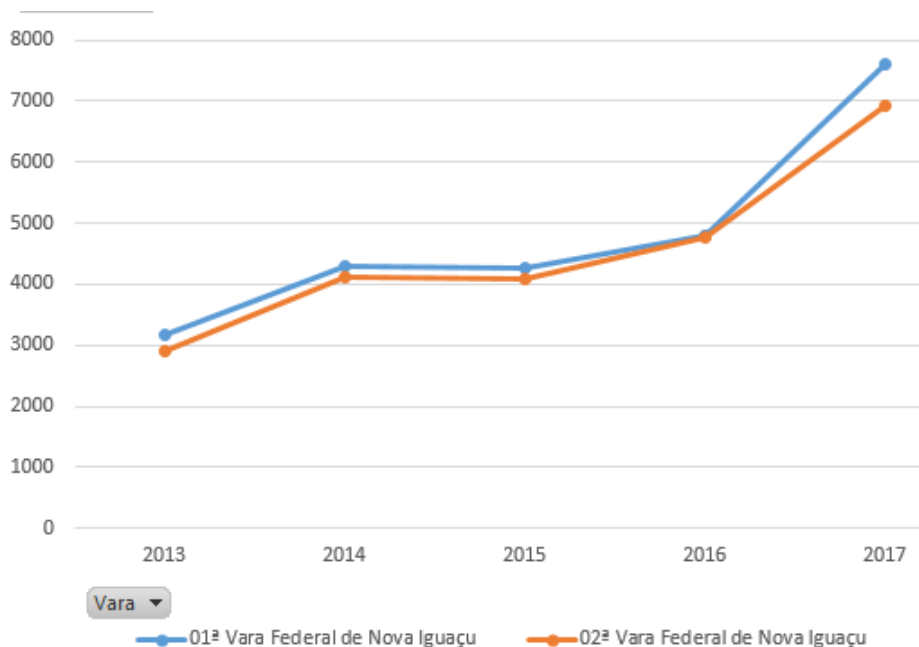
TRF2  
Fls 192

|                                  | <b>Correição<br/>jun/2014*</b> | <b>Correição<br/>jan/2016*</b> | <b>Correição<br/>out/2017</b> |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Total                            | 3.808                          | 4.820                          | 8.211                         |
| Suspensos                        | 1.642                          | 2.467                          | 3.540                         |
| Remetidos para julgar<br>recurso | 389                            | 516                            | 623                           |
| <b>Tramitação ajustada</b>       | 1.777                          | 1.837                          | 4.048                         |

\*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 16/10/2017

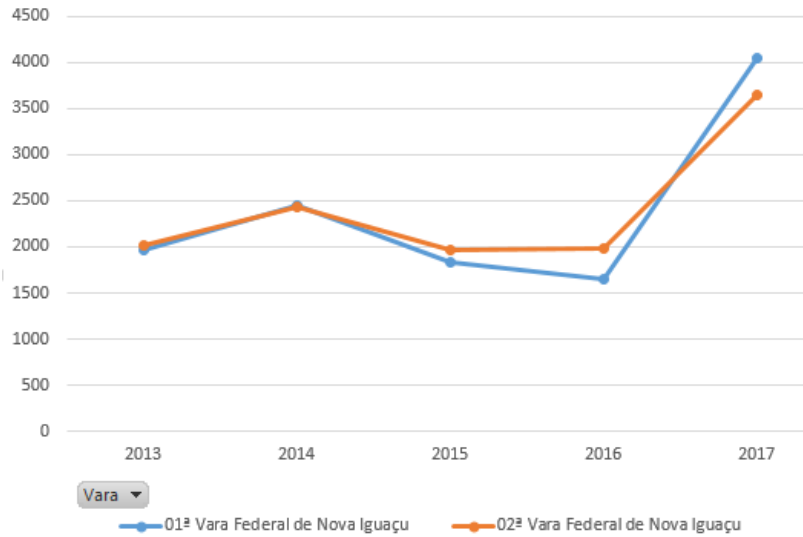
## 7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais da Subseção Judiciária de Nova Iguaçu (mês de referência: setembro)

### 7.2.1. Acervo total

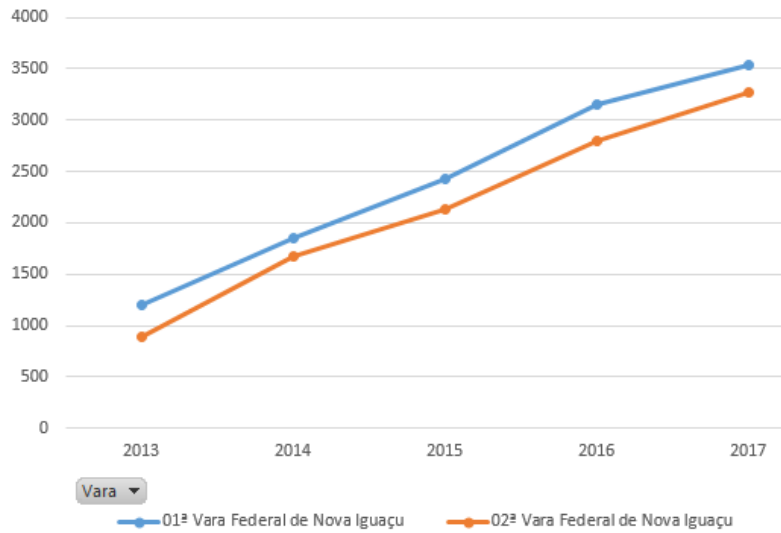




### 7.2.2. Acervo ativo



### 7.2.3. Acervo suspenso





## 8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

### 8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

O Juízo adota um protocolo de classificação de prioridade dos processos judiciais conforme o risco da demora no processamento, para que sejam movimentados em prazos inferiores aos previstos na CNCR, conforme as tabelas a seguir, com correspondência nos identificadores colocados nos processos:

### CLASSIFICAÇÃO CONFORME O RISCO REVISÃO DE 21/3/2017

#### 1 - EMERGENCIA – andamento ideal em até 24 horas

- ✓ Risco iminente à vida ou à saúde
- ✓ Direito na iminência de perecer (ex: leilão próximo, risco a bem perecível, etc.)

#### 2 - URGENTE – andamento ideal em até 7 dias

- ✓ Liminar/ tutela **alimentar** (ex: pensão, auxílio-doença, concessão de aposentadoria, etc.)
- ✓ Pedidos de **colaboração judicial** (ex: STJ, Desembargadores, Juizes, Cartas precatórias)
- ✓ **Baixa próxima** (Ex: Aguarda trânsito em julgado; (...) após dê-se baixa e archive-se, etc.)
- ✓ **Remessa ao TRF pendente**
- ✓ Processos de outras Varas: (ex.: Declínio, incompetência, verificar prevenção)
- ✓ **Pagamentos** diversos: RPV, Precatório, alvará, conversão em renda, AJG

#### 3 - MODERADO – andamento ideal em até 2 semanas

- ✓ **Outras Liminares/tutela**
- ✓ Pedido de **bloqueio de bens pendente** de apreciação (ex: BACENJUD, RENAJUD)
- ✓ **Ações civis públicas, populares ou mandados de segurança**
- ✓ **Metas do CNJ**

#### 4 - BAIXO – andamento conforme a Consolidação de Normas da Corregedoria

Andamento conforme os prazos legais e normativos, na seguinte **ordem de prioridade:**

- 1º. Processos parados há mais tempo
- 2º. Classes não ordinárias
- 3º. Ações ordinárias

\* Prioridade ao idoso já possui identificador próprio: 🗳️. Habilitar na tela de cadastro de processo.

\* Incapazes e doentes graves: verificar risco à saúde



| Local Físico | Código | Identificador | Descrição         |
|--------------|--------|---------------|-------------------|
| 2001         | 121    |               | Risco: Emergência |
| 2001         | 122    |               | Risco: Urgente    |
| 2001         | 123    |               | Risco: Moderado   |
| 2001         | 124    |               | Risco: Baixo      |

O procedimento viabiliza que em cada local virtual sejam identificados por qualquer magistrado, servidor ou estagiário os processos que devem ser movimentados mais prontamente, quebrando o paradigma “urgente/não urgente”.

Para além, todos os processos iniciais recebem 3 (três) identificadores eletrônicos: (1) “capa”, é um quadrado na cor da capa dos antigos autos físicos; as ações ordinárias, por exemplo, são na cor rosa; (2) “Juiz competente” titular ou substituto; e (3) o identificador do “risco” da demora, conforme acima mencionado.

## 8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

O processo é analisado e triado na secretaria, mas somente os servidores de apoio ao gabinete abrem a conclusão para sentença. A secretaria encaminha os autos para o escaninho “GAB TRIAGEM”, e lá o servidor responsável fará o movimento de conclusão para sentença no APOLO, no mesmo dia, geralmente; desse modo, as conversões em diligência são muito raras.

A prevenção da conversão em diligência é também prevenida pela interlocução permanente entre servidores lotados no apoio aos magistrados e na Secretaria, pois todos estão no mesmo espaço físico, além de a Magistrada titular orientar pessoalmente a todos os servidores sobre o seu entendimento quanto a aspectos controversos no processamento.

## 8.3. Fluxo dos processos após a sentença

O escaninho de espera de preclusão de prazos judiciais contém processos identificados com motivo padronizado: “prazo para trânsito em julgado”, organizados por data, para facilitar a conferência diária do transcurso do prazo. Ocorrendo o trânsito em julgado ou devolvidos os autos do TRF2, o movimento 73 (APOLO) é cadastrado incontinente, e na pendência de execução, o movimento 18 também é cadastrado.

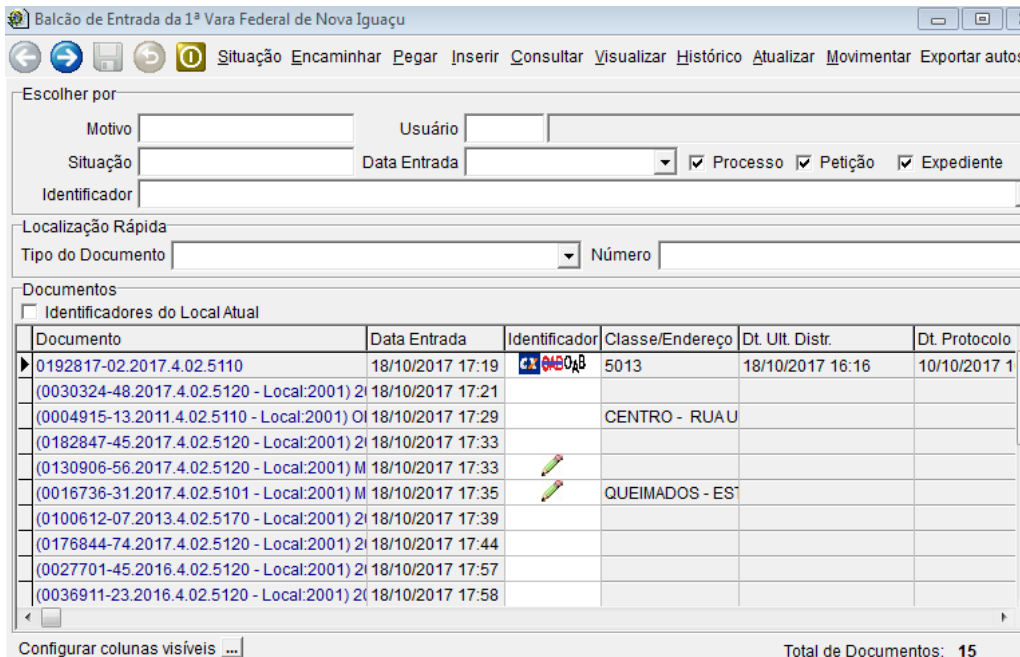


## 9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

TRF2  
Fls 196

### 9.1. Balcão de entrada

Balcão de Entrada da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu:



| Documento                                   | Data Entrada     | Identificador             | Classe/Endereço | Dt. Ult. Distr.  | Dt. Protocolo    |
|---|------------------|---------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| 0192817-02.2017.4.02.5110                   | 18/10/2017 17:19 | 0192817-02.2017.4.02.5110 | 5013            | 18/10/2017 16:16 | 10/10/2017 16:16 |
| (0030324-48.2017.4.02.5120 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:21 |                           |                 |                  |                  |
| (0004915-13.2011.4.02.5110 - Local:2001) OI | 18/10/2017 17:29 |                           | CENTRO - RUAAU  |                  |                  |
| (0182847-45.2017.4.02.5120 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:33 |                           |                 |                  |                  |
| (0130906-56.2017.4.02.5120 - Local:2001) M  | 18/10/2017 17:33 |                           |                 |                  |                  |
| (0016736-31.2017.4.02.5101 - Local:2001) M  | 18/10/2017 17:35 |                           | QUEIMADOS - EST |                  |                  |
| (0100612-07.2013.4.02.5170 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:39 |                           |                 |                  |                  |
| (0176844-74.2017.4.02.5120 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:44 |                           |                 |                  |                  |
| (0027701-45.2016.4.02.5120 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:57 |                           |                 |                  |                  |
| (0036911-23.2016.4.02.5120 - Local:2001) 2I | 18/10/2017 17:58 |                           |                 |                  |                  |

No dia 18/10/2017, às 19:13 horas, aguardava movimentação cartorária, no Balcão de Entrada da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu, 15 documentos (1 processo, 8 petições e 6 expedientes), todos do mesmo dia.

A Vara subdividiu o balcão de entrada conforme as duas especialidades:

Balcão de Entrada Cível da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu:

TRF2  
Fls 197

CIV - Balcão Cível de Entrada

Local Virtual: CIV - Balcão Cível de Entrada

Escolher por:

Motivo:  Usuário:

Situação:  Data Entrada:   Processo  Petição  Expediente

Identificador:

Localização Rápida

Tipo do Documento: Processo Número:

Documentos

Identificadores do Local Atual

| Documento                 | Data Entrada     | Identificador | Classe/Endereço | Dt. Ult. Distr. | Dt. Protocolo    |
|---------------------------|------------------|---------------|-----------------|-----------------|------------------|
| 0148330-14.2017.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB URG RLI   | 1003            | 18/07/2017 1    | 13/07/2017 11:04 |
| 0027701-45.2016.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB 0AB E     | 4002            | 16/03/2016 1    | 15/03/2016 10:07 |
| 0117256-10.2015.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB 0AB E     | 1001            | 16/09/2015 1    | 16/09/2015 11:17 |
| 0115072-81.2015.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB 0AB T     | 4002            | 11/09/2015 1    | 10/09/2015 13:11 |
| 0179411-78.2017.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB 0AB E S   | 4002            | 14/09/2017 1    | 13/09/2017 20:43 |
| 0182847-45.2017.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB RLI 0AB   | 1001            | 21/09/2017 1    | 21/09/2017 11:15 |
| 0100612-07.2013.4.02.5170 | 19/10/2017 12:57 | UN RGO 0AB    | 1002            | 11/01/2013 1    | 11/01/2013 11:33 |
| 0027371-82.2015.4.02.5120 | 19/10/2017 12:57 | 0AB 0AB E S   | 4002            | 23/03/2015 1    | 20/03/2015 15:57 |

Total de Documentos: 15

No dia 19/10/2017, às 16:57 horas, aguardava movimentação cartorária no Balcão de Entrada Cível 15 processos, todos do dia 19/10/2017.

Balcão de Entrada da Execução Fiscal da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu:

EF - Balcão de Entrada da Execução Fiscal

Local Virtual: EF - Balcão de Entrada da Execução Fiscal

Escolher por:

Motivo:  Usuário:

Situação:  Data Entrada:   Processo  Petição  Expediente

Identificador:

Localização Rápida

Tipo do Documento: Processo Número:

Documentos

Identificadores do Local Atual

| Documento                 | Data Entrada     | Identificador   | Classe/Endereço | Dt. Ult. Distr. | Dt. Protocolo    | Mo  |
|---------------------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----|
| 0011860-10.2016.4.02.5120 | 06/09/2017 12:32 | 0AB 0AB PRF T   | 3000            | 05/02/2016 1    | 05/02/2016 11:13 | An: |
| 0044721-49.2016.4.02.5120 | 06/09/2017 18:21 | 0AB 0AB 0AB S   | 3000            | 05/04/2016 1    | 05/04/2016 12:33 | An: |
| 0000780-59.2010.4.02.5120 | 06/09/2017 18:21 | PFN 0AB 0AB T   | 3000            | 19/01/2011 1    | 13/12/2010 16:06 | An: |
| 0023829-85.2017.4.02.5120 | 06/09/2017 18:31 | 0AB 0AB 0AB S   | 3000            | 06/03/2017 1    | 06/03/2017 10:43 | An: |
| 0001262-70.2011.4.02.5120 | 06/09/2017 19:13 | PFN E 0AB 0AB T | 3000            | 01/09/2011 1    | 29/08/2011 18:52 | An: |
| 0000233-77.2014.4.02.5120 | 08/09/2017 12:56 | PFN 0AB 0AB S   | 3000            | 28/02/2014 1    | 24/02/2014 15:10 | An: |
| 0002742-83.2011.4.02.5120 | 08/09/2017 12:56 | PFN 0AB 0AB T   | 3000            | 21/12/2011 1    | 14/12/2011 14:13 | An: |
| 0001086-28.2010.4.02.5120 | 11/09/2017 13:49 | PFN 0AB 0AB T   | 3000            | 18/06/2011 1    | 23/12/2010 15:24 | An: |

Total de Documentos: 256



No dia 19/10/2017, às 17:05 horas, aguardavam movimentação cartorária no Balcão de Entrada da Execução Fiscal 256 processos, inspecionados os mais antigos, nenhum deles sem movimentação acima dos prazos previstos nos artigos 227 e 228 da CNCR para as Execuções Fiscais:

| Data de entrada | Número                    | Classe/Natureza | Observação   |
|-----------------|---------------------------|-----------------|--|
| 06/09/17        | 0011860-10.2016.4.02.5120 | Execução Fiscal | Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário                       |
| 06/09/17        | 0044721-49.2016.4.02.5120 | Execução Fiscal | Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário                       |
| 06/09/17        | 0000780-59.2010.4.02.5120 | Execução Fiscal | COFINS - PIS - Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário        |
| 06/09/17        | 0023829-85.2017.4.02.5120 | Execução Fiscal | Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário                       |
| 06/09/17        | 0001262-70.2011.4.02.5120 | Execução Fiscal | IRPJ - COFINS - PIS - Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário |

## 9.2. Processos em segredo de justiça

| Posição em             | 02/10/2017 |
|------------------------|------------|
| <b>Tipo de Segredo</b> |            |
| Absoluto               | 0          |
| Sistema                | 2          |
| Documento              | 0          |
| <b>Total Geral</b>     | <b>2</b>   |

Fonte: PORTAL, acesso em 02/10/2017

| Número                    | Classe  | Tipo de segredo | Fls. da decisão de segredo | Observação                   |
|---------------------------|---|-----------------|----------------------------|------------------------------|
| 0001745-37.2010.4.02.5120 | Execução Fiscal                                     | Sistema         | 411/143                    | IRPJ – Multas – Dívida Ativa |
| 0142258-79.2015.4.02.5120 | Pedido de quebra de sigilo de dados e/ou telefônico | Sistema         | 64                         | Quebra de sigilo bancário    |

Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

## 9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 18/10/2017

Não há processos sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR.

#### Processos inspecionados

| Processo                  | Classe          | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim.   | Dias sem mov. | Data último Movim. |
|---------------------------|-----------------|-----------------------------|---|---------------|--------------------|
| 0108249-23.2017.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Remessa, carga para PFN                                 | 138           | 02/06/17           |
| 0002722-92.2011.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Juntada de petição                                      | 119           | 21/06/17           |
| 0038565-79.2015.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Devolução de remessa                                    | 113           | 27/06/17           |
| 0000597-20.2012.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Juntada de petição                                      | 110           | 30/06/17           |
| 0000655-91.2010.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Juntada de petição                                      | 110           | 30/06/17           |
| 0105937-11.2016.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Devolução de remessa                                    | 107           | 03/07/17           |
| 0000590-91.2013.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Devolução de remessa                                    | 107           | 03/07/17           |
| 0002038-70.2011.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Certidão – vistos em inspeção                           | 105           | 05/07/17           |
| 0002114-94.2011.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Certidão – vistos em inspeção                           | 105           | 05/07/17           |
| 0002791-27.2011.4.02.5120 | Execução Fiscal | sim                         | Movimentação cartorária – Exedir alvará de levantamento | 103           | 07/07/17           |

#### 9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:



| Período                  | 01/10/2016 a 30/09/2017 |                           |                                   |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Complemento de Intimação | Quantidade de Atos      | Percentual Quant. / Total | Tempo Médio Conc. - Intim. (dias) |
| Despacho                 | 7.712                   | 57,65                     | 9                                 |
| Decisão                  | 2.730                   | 20,41                     | 10                                |
| Sentença                 | 2.935                   | 21,94                     | 7                                 |
| <b>Total Geral</b>       | <b>13.377</b>           | <b>100,00</b>             | <b>9</b>                          |

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017

### 9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para o cálculo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)<sup>5</sup>.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada não possui feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

| Ano : 2017        |              | Mês : outubro                   |           |                  |  |
|-------------------|--------------|---------------------------------|-----------|------------------|--|
| Vara              |              | Execução de Sentença - Fase 18  |           | Requisição Valor |  |
| Medidas           |              | 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu |           | Total            |  |
| Situacao Processo |              | Informada                       |           |                  |  |
|                   |              | Sim                             |           |                  |  |
| Processos         | Trâmite      |                                 |           |                  |  |
|                   |              |                                 | 20        | 20               |  |
|                   | <b>Total</b> |                                 | <b>20</b> | <b>20</b>        |  |

Fonte: PORTAL, acesso em 19/10/2017

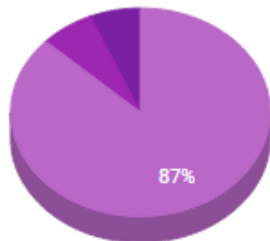
### 9.6. Documentos pendentes de juntada

<sup>5</sup> O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



**Pendências de Juntada**

Até 19/10/2017



- Diligências de Expediente em Aberto: 220
- Expedientes Pendentes de Juntada: 17
- Petições Pendentes de Juntada: 16

Total: 253

Fonte: PAINEL, acesso em 19/10/2017

Inspecionadas as petições que aguardam retorno dos autos do E. TRF2 para ser juntadas:

| Data de entrada | Número da petição  | Processo                  | Síntese do pedido                          | Dias que aguarda juntar | Local do processo |
|-----------------|--------------------|---------------------------|--|-------------------------|-------------------|
| 24/09/13        | 2013.3000.528371-8 | 0001117-14.2011.4.02.5120 | Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário | 1.486                   | TRF               |
| 25/09/13        | 2013.3000.534402-4 | 0002648-38.2011.4.02.5120 | Desapossentação                            | 1.485                   | TRF               |
| 25/09/13        | 2013.3000.534459-8 | 0002648-38.2011.4.02.5120 | Desapossentação                            | 1.485                   | TRF               |
| 21/03/14        | 2014.2001.000001-9 | 0000056-50.2013.4.02.5120 | PIS - COFINS - ICMS                        | 1.308                   | TRF               |
| 24/04/14        | 2014.7152.043279-5 | 0002183-29.2011.4.02.5120 | Anulação de débito fiscal                  | 1.274                   | TRF               |

**9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial**

Ano : 2017    Mês : Outubro    Vara : 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Data Último Movimento

| Medidas          | 2017                 |       |
|------------------|----------------------|-------|
|                  | Agosto               | Total |
| Último Movimento |                      |       |
| Complemento Fase | Intimação + Despacho | 1     |
|                  | Total                | 1     |

Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 1 processo sem o movimentação pela Secretaria.



### Processos inspecionados

| Processo                  | Classe          | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim. | Dias sem mov. | Data último Movim. |
|---------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------------|
| 0147322-30.2015.4.02.5101 | Execução Fiscal | sim                         | Certidão      | --            | 19/10/17           |

TRF2  
Fls 202





## 10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo: 07 (sete) Ações Cíveis Públicas (classe 6001) e 09 (nove) Ações Cíveis Públicas/Improbidade (classe 6006) em tramitação.

| Classe  | Em trâmite | Suspensos | Total |
|---|------------|-----------|-------|
| Ação Civil Pública                            | 07         | 00        | 07    |
| Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa | 09         | 09        | 09    |

| Processo                  | Classe | Objeto da ação   | Mov. regular em 12 meses? * | Último Movim.   | Data último Movim. |
|---------------------------|--------|--|-----------------------------|---|--------------------|
| 0117235-63.2017.4.02.5120 | 6006   | Acumulação de cargos públicos  | sim                         | Intimação de decisão do recebimento da inicial                  | 20/09/17           |
| 0016775-68.2017.4.02.5120 | 6006   | Prestação inidônea de valores recebidos de programas federais destinado à escola                         | sim                         | Intimação de decisão do recebimento da inicial Último movimento | 28/07/17           |
| 0143385-18.2016.4.02.5120 | 6006   | Ausência de prestação de contas acerca da aplicação dos recursos recebidos por meio do Convênio 84/2005. | sim                         | Juntada das alegações finais                                    | 05/10/17           |
| 0160413-96.2016.4.02.5120 | 6006   | Recebimento de verbado SUS- enriquecimento ilícito   | sim                         | Audiência de Instrução e Julgamento                             | 04/10/17           |
| 0006596-12.2016.4.02.5120 | 6006   | Apropriação de verbas federais destinadas à educação   | sim                         | Conclusão para decisão  | 18/09/17           |
| 0097153-45.2016.4.02.5120 | 6006   | Acumulação de cargos públicos  | sim                         | Juntada de alegações finais                                     | 16/10/17           |





|                           |      |   |     |                             |          |
|---------------------------|------|---|-----|-----------------------------|----------|
| 0000172-22.2014.4.02.5120 | 6001 | Demolição de edificações em área de preservação ambiental.                        | sim | Conclusão para sentença     | 09/10/17 |
| 0000658-07.2014.4.02.5120 | 6001 | Paralisação das atividades dos réus e apresentação de um PRAD no prazo de 90 dias | sim | Conclusão para despacho     | 04/10/17 |
| 0000691-94.2014.4.02.5120 | 6001 | Reflorestamento de 27,65 hectares de mata atlântica                               | sim | Aguarda expedição de ofício | 22/09/17 |
| 0000721-32.2014.4.02.5120 | 6001 | Compelir o réu a interromper projeto de construção de empreendimento de lazer.    | sim | Remessa ao TRF2             | 11/04/17 |

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Expedir ofício ao CREA, conforme determinado no despacho proferido processo 0000691-94.2014.4.02.5120, em 18/9/2017, ainda pendente na data de encerramento do relatório de correição (28/3/2018).



## 11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

| Local Virtual   | Nº de Processos |
|---|-----------------|
| EF - Suspensos - Outros Prazos                              | 79              |
| EF - Suspensos - Parcelamento com Prazo                     | 4               |
| EF - Suspensos - Parcelamento sem Prazo                     | 633             |
| EF - Suspensos (1 ano) - ART. 40 (I)                        | 459             |
| EF - Suspensos c/ embargos tramitando ou processos reunidos | 19              |

Os processos cíveis suspensos estão em um só escaninho virtual organizado pelo termo final da suspensão. Os feitos eventualmente suspensos sem termo final estão sendo regularizados paulatinamente, segundo informou a Diretora, com o auxílio das planilhas de processos suspensos da Corregedoria.

As execuções fiscais suspensas são organizadas em vários escaninhos para facilitar a consulta e reativação posterior, por exemplo, as parceladas, sem prazo de término, têm escaninho próprio para aguardar a parte interessada informar a quitação do débito ou a inadimplência.

Não há rotina para conferência da permanência das execuções fiscais em programas de parcelamento do débito.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

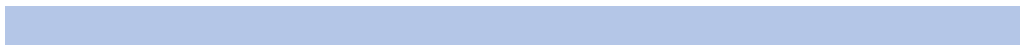
| Repercussão geral/Recursos repetitivos | Paradigma   | Situação  |
|--|-------------|-----------|
| 0132697-65.2014.4.02.5120              | Não anotado | Irregular |
| 0141758-59.2014.4.02.5116              | Não anotado | Irregular |
| 0147354-75.2015.4.02.5120              | Não anotado | Irregular |
| 0000183-80.2016.4.02.5120              | Não anotado | Irregular |
| 0055132-54.2016.4.02.5120              | Não anotado | Irregular |



| Processo                  | Motivo da suspensão                   | Data da suspensão | Situação |
|---------------------------|---------------------------------------|-------------------|----------|
| 0090508-03.2012.4.02.5101 | Art. 475-J e art. 614, II, do CPC     | 20/05/14          | Regular  |
| 0025852-72.2015.4.02.5120 | Aguarda decisão de instância superior | 29/05/15          | Regular  |
| 0032273-14.2010.4.02.5101 | Parcelamento                          | 02/06/15          | Regular  |
| 0170824-72.2014.4.02.5120 | Oferecimento de Embargos à Execução   | 06/07/15          | Regular  |
| 01576891620154025101      | Parcelamento                          | 13/12/16          | Regular  |

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugestão da equipe: estabelecer rotinas para rever e uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos).





## 12. RPVs E PRECATÓRIOS

TRF2  
Fls 207

A unidade correccionada enviou 6 precatórios e 38 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 2 precatórios e 7 RPVs, analisados os feitos a seguir.

| Processo                  | Precatório ou RPV | Data do cadastro | Data do envio | Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR |
|---------------------------|-------------------|------------------|---------------|---|
| 0009372-81.2012.4.02.5101 | Precatório        | 27/07/17         | N/A           | Regular   |
| 0000665-33.2013.4.02.5120 | Precatório        | 16/08/17         | N/A           | Regular   |
| 0000012-65.2012.4.02.5120 | RPV               | 18/08/17         | N/A           | Regular   |
| 0070591-33.2015.4.02.5120 | RPV               | 15/09/17         | 09/10/17      | Regular   |
| 0093050-92.2016.4.02.5120 | RPV               | 16/08/17         | N/A           | Regular   |



### 13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 02/10/2017, apresenta cadastramento de 349 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

| Processo                  | Data da penhora | Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora | Observação  |
|---------------------------|-----------------|---|---|
| 0162233-87.2015.4.02.5120 | 26/10/16        | sim   | Regular   |
| 0179758-48.2016.4.02.5120 | 07/08/17        | sim   | Regular   |
| 0162191-38.2015.4.02.5120 | 30/01/17        | sim   | Regular   |
| 0156761-08.2015.4.02.5120 | 19/06/17        | sim   | Regular   |
| 0151437-37.2015.4.02.5120 | 12/06/17        | não   | O bem penhorado, moto Yamaha no valor de R\$4.400,00, não foi especificado no APOLO |

Sugere-se proceder o cadastramento de bens penhorados como disposto nos artigos 356 e 358 da CNCR, regularizando-se, em especial a penhora realizada no processo 0151437-37.2015.4.02.5120.



#### 14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 02/10/2017, havia 3 processos com acautelamento de documentos, sem constatação de irregularidade.

| Processo                  | Data acautelamento do | Observação  |
|---------------------------|-----------------------|---|
| 0000092-92.2013.4.02.5120 | 18/11/16              | Padrões gráficos coletados da embargante  |
| 0002477-18.2010.4.02.5120 | 06/03/17              | Averbação da indisponibilidade de todos os imóveis registrados nesta serventia - em nome da sociedade ensino superior de nova iguaçu cnpj 30.834.196/0002-61. matrícula dos imóveis: 2004, 4822, 5972, 6282, 7807,7884, 9700, 10206 e 10207 |
| 0125078-16.2016.4.02.5120 | 04/05/17              | Contrato de crédito consignado caixa n° 19.4796.110.0001355-83. agência serra do mar. sr: 2592. Cnpj agência concessora: 00.360.305/4796-39   |



## 15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 2 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber, (i) ponto, e (ii) pasta de atos do plantão. Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas.



## 16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 1ª VF-IG do Rio de Janeiro está localizada no 3º andar, edifício localizado Rua Oscar Soares, nº 2, Centro, Município de Nova Iguaçu

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

A diretora relatou que a velocidade de conexão é ruim, e não foi possível fazer o teste de velocidade de internet em razão de um problema técnico, comunicado, inclusive pela informática. Relatou, também, que o Google Chrome não é atualizado pela rede, causando problemas de navegação aos usuários, inclusive no que diz respeito ao Painel de Indicadores da Corregedoria.



**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA****17.1. CÍVEL****17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças**

Não há processos em trâmite que versem sobre sequestro internacional de crianças registrado no APOLO.

**17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização**

Não há processos em trâmite que versem sobre entrega de certificado de naturalização registrado no sistema APOLO.

**17.2. EXECUÇÃO FISCAL****17.2.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)**

A Vara Federal não tem critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR), todavia, utiliza a lista de grandes devedores fornecida pela Fazenda Nacional.

Por amostragem foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidade no processamento:

| Processo                  | Valor da execução | Data de autuação | Mov. regular em 12 meses?* | Último Movim.                 | Data último Movim. |
|---------------------------|-------------------|------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 0000094-96.2012.4.02.5120 | R\$ 3.946.020,38  | 20/01/12         | Sim                        | Certidão – vistos em inspeção | 28/06/16           |
| 0000100-06.2012.4.02.5120 | R\$ 1.621.219,96  | 20/01/12         | Sim                        | Suspensão – art. 40 LEF       | 30/05/16           |
| 0000101-54.2013.4.02.5120 | R\$ 5.504.901,45  | 01/02/13         | Sim                        | Certidão – vistos em inspeção | 28/06/16           |



|                           |                  |          |     |                                 |          |
|---------------------------|------------------|----------|-----|---------------------------------|----------|
| 0000123-20.2010.4.02.5120 | R\$ 1.738.162,80 | 23/09/10 | Sim | Suspensão – Embargos à Execução | 25/07/17 |
| 0000135-29.2013.4.02.5120 | R\$ 1.793.527,74 | 27/02/13 | Sim | Certidão                        | 17/07/14 |
| 0000142-26.2010.4.02.5120 | R\$ 2.613.690,51 | 23/09/10 | Sim | Juntada de petição              | 17/04/17 |

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

### 17.2.2. Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente

Analizados os processos listados abaixo, se constatou o cumprimento adequado do controle do prazo prescricional.

|                           |
|---------------------------|
| 0000714-74.2013.4.02.5120 |
| 0012573-82.2016.4.02.5120 |
| 0001264-06.2012.4.02.5120 |
| 0005231-54.2015.4.02.5120 |
| 0168286-21.2014.4.02.5120 |
| 0095227-63.2015.4.02.5120 |
| 0111971-36.2015.4.02.5120 |
| 0002055-43.2010.4.02.5120 |

### 17.2.3. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados

O leiloeiro Fabio Manuel Guimarães, indicado pelos Procuradores da Fazenda Nacional, é o leiloeiro do juízo, desde 2012. A 01VF-IG ainda não conseguiu fazer um leilão unificado com a 02VF-IG, apesar do intento de fazê-lo.

O supervisor da execução fiscal guarda registro dos editais de leilão em seu computador e há uma planilha localizada no drive institucional da unidade (pasta execução fiscal) com informações detalhadas sobre o leilão que ocorrerá esse ano, acessível por todos os servidores. Nela consta o número dos processos, eventuais observações, o nome do Executado, e a descrição do bem.



## **18. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (0900031-41.2016.4.02.0000, SIAPRO), realizada de 25 a 29/01/2016, foi arquivado em \_\_\_/2016 sem pendências às recomendações a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em XX/XX/XXXX (Ofício TRF2-OFI-2016/04269), e atendidas pelo Juízo em 04/04/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/03275).

- 1. Buscar o cumprimento da Meta 2 do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;*
- 2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;*
- 3. Observar e retificar, quando possível, a correta classificação das sentenças, no corpo do texto e no sistema Apolo;*
- 4. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;*
- 5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 118 processos com sentença, sem tal fase informada;*
- 6. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;*
- 7. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;*
- 8. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos), preenchendo as informações necessárias.*



## 19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

### 19.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

O Juízo adota um protocolo criado internamente para classificação de prioridade dos processos judiciais conforme o risco da demora no processamento, para que sejam movimentados em prazos inferiores aos previstos na CNCR, conforme as tabelas a seguir, com correspondência nos identificadores colocados nos processos:

### CLASSIFICAÇÃO CONFORME O RISCO REVISÃO DE 21/3/2017

#### 1 - EMERGENCIA – andamento ideal em até 24 horas

- ✓ Risco iminente à vida ou à saúde
- ✓ Direito na iminência de perecer (ex: leilão próximo, risco a bem perecível, etc.)

#### 2 - URGENTE – andamento ideal em até 7 dias

- ✓ Liminar/ tutela **alimentar** (ex: pensão, auxílio-doença, concessão de aposentadoria, etc.)
- ✓ Pedidos de **colaboração judicial** (ex: STJ, Desembargadores, Juízes, Cartas precatórias)
- ✓ **Baixa próxima** (Ex: Aguarda trânsito em julgado; (...) após dê-se baixa e archive-se, etc.)
- ✓ **Remessa ao TRF pendente**
- ✓ Processos de outras Varas: (ex.: Declínio, incompetência, verificar prevenção)
- ✓ **Pagamentos diversos**: RPV, Precatório, alvará, conversão em renda, AJG

#### 3 - MODERADO – andamento ideal em até 2 semanas

- ✓ **Outras Liminares/tutela**
- ✓ Pedido de **bloqueio de bens pendente** de apreciação (ex: BACENJUD, RENAJUD)
- ✓ **Ações civis públicas, populares ou mandados de segurança**
- ✓ **Metas do CNJ**

#### 4 - BAIXO – andamento conforme a Consolidação de Normas da Corregedoria

Andamento conforme os prazos legais e normativos, na seguinte **ordem de prioridade**:

- 1º. Processos parados há mais tempo
- 2º. Classes não ordinárias
- 3º. Ações ordinárias

\* Prioridade ao idoso já possui identificador próprio: 🗳️. Habilitar na tela de cadastro de processo.

\* Incapazes e doentes graves: verificar risco à saúde



| Local Físico | Código | Identificador | Descrição         |
|--------------|--------|---------------|-------------------|
| 2001         | 121    |               | Risco: Emergência |
| 2001         | 122    |               | Risco: Urgente    |
| 2001         | 123    |               | Risco: Moderado   |
| 2001         | 124    |               | Risco: Baixo      |

O procedimento viabiliza que em cada local virtual sejam identificados por qualquer magistrado, servidor ou estagiário os processos que devem ser movimentados mais prontamente, quebrando o paradigma “urgente/não urgente”.



## 20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) estabelecer estratégias para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução (item 5.2.1);
- 2) Sugere-se à unidade estabelecer procedimentos para o registro correto do tipo de sentença no sistema de acompanhamento processual (item 6.1);
- 3) Expedir ofício ao CREA, conforme determinado no despacho proferido processo 0000691-94.2014.4.02.5120, em 18/9/2017, ainda pendente na data de encerramento do relatório de correição (28/3/2018) – item 10;
- 4) estabelecer rotinas para rever e uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos) – item 11;
- 5) proceder o cadastramento de bens penhorados como disposto nos artigos 356 e 358 da CNCR, regularizando-se, em especial a penhora realizada no processo 0151437-37.2015.4.02.5120 (item 13).



## **21. ENCERRAMENTO**

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Carlos César de Souza Diniz e Frederico Lourenço Ribeiro, revisado e subscrito por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

**FABIO ALDROVANDO**

Assessor Judiciário